

ANDERSON, Kevin. Marx nas margens : nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019

Emeson Tavares da Silva¹

Em 2019 é publicada *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*, pela Boitempo. Uma oportunidade ímpar para as ciências humanas e sociais no Brasil apreciarem e examinarem um tema tão controverso, confuso e incompreendido: O que Karl Marx escreveu sobre sociedades não ocidentais e pré-capitalistas. Um dos impasses gravita na construção de uma imagem fortemente eurocêntrica da obra de Marx, difundida por pensadores alinhados às agendas pós-moderna e pós-decolonial. De acordo com essa perspectiva, a obra não seria capaz de oferecer explicação para as diversas formações sociais específicas. A dimensão etnocêntrica na obra do pensador alemão revelaria, também, incontornáveis lacunas e, até mesmo, preconceitos sobre o problema de raça, gênero, identidades nacionais e colonialismo. Segundo essa visão, a dinâmica contraditória do capital e das classes sociais na análise de Marx, plasmada na determinação econômica e nos estágios “universais” de desenvolvimento do capitalismo mundial, apagaria diferenças sociais e culturais em detrimento de um movimento homogêneo.

Definitivamente, foi importante refutar elementos mecanicistas de Marx; entretanto, é problemático levar em conta apenas certos excertos. No exame sobre a história da difusão e circulação de suas obras, a evolução da produção de suas ideias sobre os países “não ocidentais” à luz dos debates políticos e historiográficos da época, cotejada com uma série de materiais “marginais” (alguns deles inéditos), revelam sutilezas de um pensamento contraditório,

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do curso de História da Universidade Federal do Piauí. Atua na área de Teoria e Metodologia da História. E-mail: emersontavarescb@gmail.com

complexo e dinâmico. É isso que pretendemos destacar nesta resenha. O objetivo é apontar a riqueza da pesquisa teórica e empírica de Kevin Anderson, pois consideramos que esse trabalho apresenta um novo ciclo de discussão ao conseguir discorrer a ideia de que a teoria dialética de Marx não estava reduzida à questão de classes e a etapas “universais” de desenvolvimento capitalista, como frequentemente se aponta. Em primeiro lugar, destacaremos a mobilização das fontes, a metodologia de análise e a tradição intelectual e política em que a obra e o autor estão inseridos. Em um segundo momento, apresentaremos os capítulos do livro e, por fim, um breve comentário sobre alguns desafios que o livro suscita para novas agendas de pesquisa capazes, inclusive, de aproximar efetivamente tradição marxista e perspectiva pós/decolonial.

A novidade no livro está no modo como Anderson reuniu e analisou os escritos de Marx sobre a Índia, China, Indonésia, Polônia, Estados Unidos, Irlanda, Argélia e Rússia. Em sua exposição, Anderson deixa claro o interesse de Marx pela história e pela dinâmica de sociedades agrárias não capitalistas, cada qual com sua importância na formação histórica específica, e onde, entre 1879 e 1882, estariam as principais conclusões de Marx sobre o tema. Ao realizar uma narrativa histórica e política de sua trajetória intelectual, do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, passando pela edição francesa de *O Capital* de 1872-1875, até seus escritos tardios de 1879-1882, observamos um Marx em *movimento*, com interesses que se ampliam e argumentos que são revistos. Trata-se, assim, de reconstruir o diálogo de Marx com suas fontes sobre as realidades periféricas.

Como cada capítulo do livro trabalha em momentos e fontes diferentes, a metodologia construída pelo autor estadunidense também se transforma. No plano mais geral, a exposição da evolução do pensamento político de Marx não fica restrita a análises exegéticas de textos sobre as realidades periféricas. Além de fornecer informações biográficas, Anderson contextualiza de maneira rigorosa o movimento de luta política nas sociedades não ocidentais durante o século XIX, muitos dos quais discutidos calorosamente nos manifestos e

documentos deliberativos para a Associação Internacional dos Trabalhadores e nos textos jornalísticos de intervenção.

Em termos metodológicos, a proposta de Anderson para estudar Marx tem dois pontos similares. O primeiro ponto, no restabelecimento do diálogo com seus contemporâneos, desde as críticas que recebeu e as respostas que formulou a essas críticas; o segundo ponto, na ênfase de que é preciso “transgredir” o estudo das “grandes obras”. No caso em tela, como se sabe, a tríade europeia ocidental (Inglaterra, Alemanha e França) ocupou de maneira decisiva as principais reflexões do autor alemão; no entanto, o que foi amiúde negligenciado é que, *simultaneamente*, ocorriam produções de textos, fichamentos, correspondências e notas sobre realidades periféricas. Investigando tais escritos “menores”, portanto, é que Anderson encontrou um volume secreto com um imenso repositório de ideias que ajudam encontrar caminhos de interpretações (e não de expropriação) mais rigorosas apegadas à filologia dos textos e ao contexto político da época vivenciada por Marx.

Assim, o autor rastreia as análises de Marx e Engels sobre o conflito entre Norte e Sul e assinala que os autores tinham na questão da escravidão seu ponto principal e optaram pelo partido da União no conflito. Anderson sublinha também que a Guerra da Secessão acarretou divergências importantes entre Marx e Engels, fato minimizado por parte dos comentadores sobre o assunto. O otimismo de Marx no prognóstico da vitória do Norte e a possibilidade de uma guerra revolucionária, como a criação de um exército de soldados negros, contrastava com o ceticismo de Engels sobre a vitória da União, como se pode observar em suas correspondências. Na visão de Marx, uma análise demasiadamente circunscrita à questão militar dificultava que seu amigo vislumbrasse dimensões revolucionárias da guerra e da abolição da escravidão. Outros contextos particulares são analisados, como as colaborações de Marx ao *Tribune* e ao *Die Presse* e o comportamento da imprensa em relação à Guerra.

Tanto os *Grundrisse*, de 1857-1858, passando pela *Crítica da economia política*, quanto o Livro I de *O Capital*, bem como a edição francesa de 1872-1875, que estão na prateleira das grandes obras de Marx sobre economia política,

também refletiram sobre os países não ocidentais, como afiança Anderson no capítulo V. Da abordagem unilinear do “modo de produção asiático” presente em *Ideologia Alemã* de 1846, Anderson argumenta por uma filosofia da história multilinear nos cadernos 4 e 5 dos *Grundrisse*, em que formas comunais são examinadas em suas diferenças, identidades e contradições, e ressalta a sugestão de Marx de que as sociedades asiáticas tinham que ser analisadas separadamente pela peculiaridade de seu desenvolvimento. Uma das partes mais interessantes no livro de Anderson está neste penúltimo capítulo, quando faz uma exposição detalhada da história das edições de *O Capital* e enfatiza o quanto Engels foi uma figura precípua na edição “oficial” do Livro I, baseada na segunda edição alemã, de 1873. Para Marx, contrariamente, a edição francesa de 1872-1875 deveria ter a última palavra, ou seja, o padrão para as futuras traduções do trabalho. Não se tratava apenas de uma tradução bem realizada, mas de uma nova edição com “importantes mudanças e adições”. Engels, por sua vez, mostrou-se profundamente antipático com a tradução do francês, pois, para ele, era como se o caráter dialético do texto derretesse, prejudicado pela natureza do idioma, o que, na avaliação de Anderson, significaria uma marca da superioridade cultural alemã.

De todo modo, uma quantidade importante de trechos retrabalhados para a versão francesa foi simplesmente ignorada pela edição organizada por Engels. A parcela sobre as sociedades “periféricas” é examinada de maneira exemplar por Anderson, cotejando as duas edições e seus possíveis significados. Alterações que se referem a um esforço de Marx para romper com uma teoria da história homogênea e linear e uma metanarrativa universal. Não por coincidência, justamente parte desses trechos em *O Capital* tiveram uma recepção com sabor melancólico no século XX. Ou em defesas intransigentes pelos marxistas dogmáticos, que reforçavam o caráter das leis “universais”, baseadas no paradigma da Europa ocidental para os países coloniais e semicoloniais; ou em ataques unilaterais pelos pensadores/as pós-coloniais, ao argumentarem os “pontos cegos” de Marx, leia-se evolucionista e positivista, com a questão do colonialismo.

No capítulo VI, é analisada a última década da vida do filósofo alemão, de 1872 a 1883. E o material consultado refere aos textos sobre a Rússia, dos anos 1877 a 1882, e aos cadernos de citações de 1879 a 1882. Em síntese, eles abrangem ampla gama de sociedades e períodos históricos, incluindo a história da Índia e a cultura aldeã, o colonialismo holandês e a economia aldeã na Indonésia, padrões de gênero e parentesco entre os nativos americanos e na Grécia antiga, em Roma e na Irlanda, bem como a propriedade comunal e privada na Argélia e na América Latina.

Ainda nesse último período de sua vida, as novas reflexões de Marx sobre a possibilidade de uma revolução comunista com base em formas comunais autóctones têm a Rússia como um caso paradigmático. Por exemplo, Marx nega enfaticamente que havia desenvolvido “toda uma teoria histórico-filosófica” da sociedade em geral em *O Capital*, aplicável a todos os tempos e lugares. Registra também a persistência das comunas rurais da Rússia, que poderiam desenvolver caminhos alternativos de desenvolvimento, inclusive, comunistas, aliando-se a uma revolução das classes trabalhadoras ocidentais.

Antes de compreender as *respostas* de Marx sobre as sociedades de capitalismo desviante, Anderson procurou conhecer também as *perguntas* que ele tentava responder, a partir das formas específicas em que eram convencionalmente debatidas e historicamente constituídas. Essa análise acurada, que exige tempo, paciência e competência na mobilização e exame das fontes e dos conflitos políticos concretos da época, possibilita distanciar-se das crostas ortodoxas que instrumentalizaram Marx com afirmações amiúde distorcidas e com a censura do Estado totalitário. Sem dúvida, o caráter dogmático tão acintoso dos “discípulos” de Marx, no final do século XIX, e, no período stalinista, durante parte do século XX, criaram obstáculos enormes; no entanto, são teses que não resistem a uma leitura rigorosa.

Evidentemente, subjaz em *Marx nas margens* a intencionalidade de transformar as ideias do autor alemão ainda no “pensador de nossos tempos”, através da diversidade de registros possíveis. Anderson concluiu a pesquisa sobre Marx em aproximadamente uma década, de 1999 a 2009, momento em que os *Ethnic Studies* e *Postcolonial Studies* atingiam seu auge em grande parte das

universidades estadunidenses, e quando entravam em cena questionamentos em torno da hegemonia do conhecimento europeu e do persistente racismo epistêmico no circuito acadêmico.

Em contrapartida, Anderson recuperou em seu trabalho diferentes correntes marxistas críticas nos EUA, ainda que não tenham um reconhecimento nas ciências sociais, como a do *marxismo feminista* de Raya Dunayevskaya e o *marxismo negro* de C. L. R. James (1901-1989), de Trinidad Tobago. Durante as décadas de 1940 e 1950, ambos estiveram próximos, e, certamente, esse encontro frutífero e a cumplicidade de ambos no marxismo dissidente, de verniz trotskista, possibilitou a construção pioneira de uma análise dialética entre classe, raça e gênero, até então, um modo de articulação conceitual inédito na tradição marxista e com abertura com os estudos pós-coloniais. Ademais, Anderson também dialogou com o arsenal conceitual de Hegel, inserindo a dialética hegeliana na temporalidade política e na dinâmica das classes e do capitalismo dos Estados Unidos, as noções de raça e colonialismo tornaram-se parte ativa e orgânica no conjunto das forças opostas que atuavam na historicidade do país. Sem essas mediações, portanto, a “universalidade” cumpria somente uma transcendência abstrata e formalista.

Assim, é compreensível o afã de Anderson em frisar que, em Marx, os diversos antagonismos (sexuais, raciais, étnicos, nacionais, hierárquicos) não eram redutíveis à dimensão econômica e à relação de classe. Afinal, “o traço marcante de sua obra é não apenas o diálogo, mas o fato de levar as críticas da política da diferença a sério”, conforme examina acertadamente Guilherme Leite Gonçalves na apresentação do livro. Apesar das diferenças conhecidas entre políticas de classes e políticas da diferença e do fogo cruzado atualmente entre as duas perspectivas, sobretudo no Brasil, é possível extrair convergências importantes, tanto no plano teórico quanto no plano político. A crítica marxista torna-se mais fecunda no diálogo levantado pela agenda pós/decolonial – a crítica ao eurocentrismo, a valorização da subjetividade dos dominados, a produção de conhecimento dos movimentos étnicos e raciais – ao enxergar como (mais) um *desafio* do pensamento contemporâneo, que possibilita ampliação e enriquecimento de seu campo de investigação, em vez de taxá-lo

simplesmente como “inimigo”, e vice-versa. Ambos, podem – e devem – se enriquecer reciprocamente. Todavia, presumir um “Marx pós-colonial” – Anderson não usa essa expressão – seria uma afirmação exagerada e anacrônica, mas de incitar debates proveitosos sobre as articulações entre exploração e opressão sob domínio do capital. Assim, o autor “propõe questões que a vulgata marxista não quer ouvir e respostas que os movimentos ‘identitários’ não gostam de ver”.

Existiria uma “teoria” marxista sobre o colonialismo, etnia, gênero e lutas nacionais? Pois bem, a tradição marxista contemporânea deve aceitar o desafio da pergunta e encarar o desafio de respondê-la. *Marx nas margens* faz parte desse desafio e, por isso, inspira novas agendas de pesquisa para uma história intelectual e política do marxismo, como, por exemplo, reordenar uma geopolítica do conhecimento marxista que transcenda o marxismo “clássico” e “ocidental”, sem deixar, evidentemente, de traçar comparações, diálogos e influências (especialmente com autores/as “hereges”); ou mapear as *tradições escondidas* do marxismo, como os marxismos do Sul global e os encontros (muito deles, perdidos) com o marxismo negro, o marxismo feminista e o marxismo indígena. Ou seja, um pensamento marxista crítico nas e a partir das margens. Definitivamente, o denso e corajoso livro de Kevin Anderson incita um novo repertório de questões, o que faz dele um dos trabalhos da sociologia marxista contemporânea mais importante das últimas décadas.